Instituto de Saúde Coletiva - UFBA
Rua Basílio da Gama, s/nº
Campus Universitário Canela
Cep: 40.110-040 - Salvador/Ba

ENTREVISTA DO MÊS: OUTUBRO/2026

LEANDRO MODOLO

"Precisamos de novos processos de subjetivação no *offline*. Processos em que a solidariedade seja o nosso coração, a crítica radical seja a nossa mestra e a luta de classes seja as nossas mãos. Só assim reconstruiremos um projeto ético-político à altura dos desafios atuais", defende Leandro Modolo, sociólogo sanitarista, doutor em Ciências Sociais (Unesp), professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz e entrevistado do mês de outubro do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS). Na entrevista, o pesquisador do projeto "Implicações das Tecnologias Digitais nos Sistemas e Serviços de Saúde" (Iniciativa Saúde Amanhã – Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030) aborda temas como soberania sanitária; a participação direta das *Big Techs* nas condições em que instituições e cidadãos atuam em sociedade, ocupando papeis que cabem ao Estado; e os caminhos para uma transformação digital a serviço da Saúde Coletiva, que passam por um internacionalismo digital e ecológico. "A tecnologia deve responder à política de saúde, e não converter a política de saúde em justificativa para sua expansão – ainda mais se for com base no acúmulo privado de capital", alerta. Modolo – que integra o Núcleo de Estudos em Economia, Tecnologia e Sociedade (NETS- UFC/CNPq), o Grupo Conexões (FCM/Unicamp) e o Laboratório de Estudo em Saúde e Trabalho (ESTER/Unicamp) – reflete ainda sobre a transformação de dados em "poder de 'inteligência' clínico e sanitário" e o desafio de combinar medidas de regulação, tributação e proteção de direitos, com a construção de alternativas para enfrentar as grandes corporações de tecnologia. "É preciso se perguntar: até onde vai e poderá ir o poder dessa fração da burguesia mundial sobre o SUS, sobre o sistema público de educação, da segurança pública, da arte, do lazer dos brasileiros? Não podemos criticar os algoritmos das *Big Techs* e, simultaneamente, continuar promovendo políticas que ampliam a dependência – cognitiva, técnica e econômica – em relação a elas", destaca. Boa leitura!

Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS): Em apresentação no evento "Da Reforma Sanitária ao Futuro do SUS – 40 anos da 8ª Conferência Nacional de Saúde", realizado no final do mês de setembro, em Salvador (BA), você destacou a contradição decisiva entre soberania sanitária e soberania tecnológica. Por que entender essa antítese é importante e quais dimensões ela atravessa?

Leandro Modolo: A contradição aparece quando percebemos que aquilo que se apresenta como caminho para fortalecer o SUS pode, ao mesmo tempo, aprofundar sua dependência e seus gargalos estruturais. Precisamos de capacidade tecnológica para garantir o direito à saúde. Mas, se essa capacidade é construída sobre infraestruturas, plataformas e modelos de inteligência artificial controlados por grandes corporações, podemos ampliar alguns serviços, enquanto perdemos poder sobre as condições que permitem oferecê-los. Consequentemente, a médio prazo colheremos frutos podres, e estaremos piores do que hoje.

Por isso, eu não trato essa questão como uma incompatibilidade necessária entre saúde e tecnologia. Ela é uma contradição em razão da forma predominante de produzir e incorporar tecnologias, a forma capitalista dependente. Um sistema público pode financiar a produção de conhecimentos e dados, mobilizar seus trabalhadores para alimentá-los e, depois, precisar comprar de empresas privadas as ferramentas que transformam esse patrimônio coletivo em capacidade de decisão. O público participa da produção, mas não governa seus resultados.

Isso atravessa a infraestrutura material, o financiamento, a organização do trabalho, a produção

científica e a própria definição das necessidades de saúde. Quem estabelece o problema que um algoritmo deve resolver? Quem decide o que conta como risco, eficiência ou qualidade? Quem pode auditar uma ferramenta, modificá-la ou deixar de utilizá-la? Agora essas são todas questões sanitárias, não apenas 'informáticas'.

A palavra decisiva, para mim, é autodeterminação. Soberania sanitária não é somente conseguir comprar ou desenvolver tecnologias. É poder decidir coletivamente quais tecnologias fazem sentido para sustentar a vida, sob quais condições e com quais limites.

SOBERANIA SANITÁRIA NÃO É SOMENTE CONSEGUIR COMPRAR OU DESENVOLVER TECNOLOGIAS. É PODER DECIDIR COLETIVAMENTE QUAIS TECNOLOGIAS FAZEM SENTIDO PARA SUSTENTAR A VIDA, SOB QUAIS CONDIÇÕES E COM QUAIS LIMITES

Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS): No mesmo seminário, você alertou que se todo Estado nacional buscar soberania tecnológica seguindo o modelo vigente, vamos acelerar a crise climática e "fritar" o planeta Terra. Nesse sentido, qual a saída para construção de uma transformação digital a serviço da Saúde Coletiva?

Leandro Modolo: Primeiro, precisamos abandonar a ideia de que soberania significa cada país reproduzir, dentro de suas fronteiras, a mesma estrutura de concentração e expansão tecnológica das grandes corporações. Se todos procurarem construir seu próprio gigante digital, disputando capacidade computacional e ampliando indefinidamente centros de dados, não estaremos superando o modelo. Estaremos multiplicando suas exigências materiais, acelerando as crises.

O digital não está fora da natureza. Depende de energia, água, minerais, equipamentos, territórios e trabalho. Portanto, não faz sentido pensar uma "transformação digital da saúde" que desconsidere as condições ecológicas da vida. Seria uma contradição defender o cuidado por meio de uma organização tecnológica que contribui para deteriorar aquilo que torna a saúde possível.

A saída passa por um internacionalismo digital e ecológico: compartilhar capacidades, construir infraestruturas públicas em cooperação e evitar a duplicação competitiva de recursos. Veja, isso não exige que todas as decisões sejam centralizadas. Podemos compartilhar infraestrutura e conhecimento enquanto preservamos a participação dos territórios na definição dos usos, das prioridades e das formas de cuidado.

Também precisamos inverter a pergunta. Em vez de "como usar IA no SUS?", perguntar: Qual problema precisamos enfrentar e qual é a maneira mais adequada de fazê-lo?. Às vezes será uma tecnologia computacional complexa. Em outras situações, será um sistema simples, mantido por 'soluções' locais. Mas, em muitos casos, a "velha" questão de valorização profissional, mais tempo de consulta, melhores condições de trabalho resolvem. A chegada da IA não pode fazer com que nos esqueçamos que 90 milhões de brasileiros ainda convivem sem tecnologias rudimentares como coleta de lixo e tratamento de esgoto.

Uma "transformação digital" do SUS precisa demonstrar suas virtudes no sentido ampliado da saúde, não só biomédico e gerencialista. E daí, assumir efetivamente as responsabilidades dos impactos socioambientais, nas condições de trabalho etc.

A tecnologia deve responder à política de saúde, e não converter a política de saúde em justificativa para sua expansão – ainda mais se for com base no acúmulo privado de capital.

A TECNOLOGIA DEVE RESPONDER À POLÍTICA DE SAÚDE, E NÃO CONVERTER A POLÍTICA DE SAÚDE EM JUSTIFICATIVA PARA SUA EXPANSÃO – AINDA MAIS SE FOR COM BASE NO ACÚMULO PRIVADO DE CAPITAL.

Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS): A percepção de que as disputas no âmbito das tecnologias e dados em saúde são trincheiras fundamentais da luta por um SUS público, universal e democrático tem se convertido em estratégias adequadas para enfrentamento dessas questões no âmbito do movimento sanitário?

Leandro Modolo: Eu teria cuidado tanto com uma avaliação complacente quanto com uma condenação generalizada, sobretudo em razão da conjuntura. Reconhecer que existe um novo problema já é um passo importante, mas acho que ainda o movimento sanitário não se atentou para a dimensão dos impactos a médio e longo prazo. Há, na verdade, um pacto de silêncio da crítica nas fileiras governistas que impede o tema de circular com o peso devido.

De todo modo, o possível (re)conhecimento do tema não se transformará automaticamente em capacidade organizada de enfrentamento, de mobilização etc. Será necessária toda uma reconstrução da luta com mais autonomia intelectual, política e ética. De tal modo, penso que neste 'exato' momento, a questão é: Nós estamos efetivamente compreendendo a tal "transformação digital da saúde" e seus impactos no SUS?

Podemos lutar contra a privatização de um serviço e, ao mesmo tempo, não perceber a importância de entregar a uma empresa a infraestrutura em que circulam suas informações, se organizam seus fluxos e se produzem suas decisões. A propriedade formal não esgota a pergunta sobre quem governa seu funcionamento. A dependência pode se estabelecer por contratos, padrões técnicos, segredo industrial, opacidades, licenças e monopólio de equipamentos... É necessário compreender como a atual "revolução tecnológica" pode fortalecer ou esvaziar os princípios que defendemos.

Também é insuficiente reduzir a disputa à proteção individual dos dados. Essa proteção é indispensável, mas os dados em saúde têm uma dimensão coletiva. Informações combinadas permitem produzir conhecimentos sobre territórios, populações, serviços e problemas coletivos de saúde. Precisamos discutir quem transforma os dados em poder de 'inteligência' clínico e sanitário.

Uma estratégia à altura do problema deveria efetivamente reunir os trabalhadores da saúde, usuários, pesquisadores, gestores e organizações que atuam tanto com direitos digitais quanto com direitos em saúde. Não basta mais falar protocolarmente de "controle social" e "participação" quando as instâncias tradicionais estão capturadas e distantes da vida real de quem precisa. É preciso que algo novo aconteça, se crie, se fortaleça!

Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS): No artigo "Atenção, dados e poder: uma análise crítica da infodemia e da desinformação", você e mais dois pesquisadores apontam a importância de analisar a desinformação não apenas como um problema moral ou "falta de checagem", mas como uma engrenagem central para a rentabilidade das grandes plataformas digitais. Como a desinformação nas redes digitais tem atendido aos interesses do neoliberalismo?

Leandro Modolo: Eu começaria distinguindo duas coisas: a intenção de quem publica um conteúdo e a lógica econômica do ambiente que o faz circular. Nem toda pessoa que compartilha uma "mentira" está executando um "projeto" consciente. Mas isso não impede que sua atividade alimente uma estrutura na qual atenção, dados e capacidade de influenciar comportamentos se convertam em recursos econômicos – para muitos, mas sobretudo, os capitais monopolistas.

Quando os ganhos econômicos se voltam ao engajamento, há a fixação das pessoas conectadas e produzindo interações, não importa com o que. A relevância pública de um 'conteúdo' fica subordinada à sua capacidade de provocar reações afetivas e emocionais. Uma falsidade capaz de despertar medo ou indignação pode ser economicamente útil, mesmo sendo social e psicologicamente destrutiva.

A checagem dos fatos é necessária, as regulações são importantes. Mas, a questão é a arquitetura, o design das tecnologias, que são construídas com base em um modelo de negócios que é por natureza destrutivo. Ele não é organizado para privilegiar conteúdos com alguma fidedignidade, mas para acumular capital, e nada melhor do que engajar pelo 'passional'. Daí por que o problema central não é a mensagem falsa que circula: é uma organização econômica da comunicação, ou melhor, da nova "praça pública" capaz de lucrar com a deterioração do uso público da razão.

Assim, a afinidade com o neoliberalismo aparece, por exemplo, de dois modos, por sinal complementares. Na lógica da "obrigação de gozar", o supereu contemporâneo não é um pai que proíbe e ordena a renúncia, mas uma autoridade permissiva que impõe: "Você deve gozar!" — e faz o sujeito sentir-se culpado por não desfrutar o suficiente. O contraste não é simplesmente entre repressão e liberdade, mas entre a proibição do prazer e sua transformação em dever: a permissão para gozar assume a forma de uma exigência incessante. E *scroll* infinito é um paraíso para isso — e sintomaticamente observado na chuva de dopamina dos *shorts*.

O outro modo é a individualização dos problemas sociais. O sofrimento passa a ser explicado como fracasso pessoal; a proteção social, como privilégio; a solidariedade, como obstáculo à liberdade. No campo da saúde, isso favorece respostas centradas no consumo, no *lifestyle* e na culpabilidade individual, enquanto enfraquece os laços de comunidade e a compreensão das condições sociais que produzem adoecimento.

NO CAMPO DA SAÚDE, ISSO [A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS] FAVORECE RESPOSTAS CENTRADAS NO CONSUMO, NO *LIFESTYLE* E NA CULPABILIDADE INDIVIDUAL, ENQUANTO ENFRAQUECE OS LAÇOS DE COMUNIDADE E A COMPREENSÃO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS QUE PRODUZEM ADOECIMENTO

Mas, é importante dizer que o tecido social já vem se esgarçando há décadas. O Brasil, por exemplo, tem gerações inteiras que foram socializadas quase exclusivamente pelo consumo e pelo empreendedorismo. Que espírito comum sobrevive no atoleiro da competitividade empreendedora e da autorrealização pelo consumo (de marca)? Então, a exploração comercial dos vínculos mediados digitalmente nas "redes" se articula, catalisando, uma sociabilidade já 'adoecida'. Uma sociabilidade que vem deslocando há décadas os conflitos sociais para disputas entre indivíduos e enrijecendo estruturas narcisistas e paranoicas.

Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS): Como as dinâmicas de engajamento das redes digitais baseadas em choques, conflitos e na amplificação de emoções ajudam a entender o atual cenário político brasileiro?

Leandro Modolo: Elas ajudam a compreender por que a visibilidade de um 'conteúdo' não corresponde necessariamente à relevância dele. Um 'conteúdo' pode circular intensamente porque provoca medo e ódio ou porque nos faz "desligar" (os gatinhos fofinhos estão aí para isso!); não porque nos ajuda a entender um problema, porque nos instrui sobre algo etc.

Isso cria uma dificuldade para a construção democrática de espaços de debates. Discutir financiamento do SUS, condições de trabalho ou desigualdades exige contextualização, mediações e tempo. Já uma acusação oferece uma explicação rápida, um culpado reconhecível e uma posição afetiva imediata – que, na maioria das vezes, corresponde a um sistema de crença já consolidado no coração do 'seguidor'. A maioria das pessoas procuram nas "redes" aquilo que ratifica o que elas vivem na prática – no trabalho, na família, na escola, na igreja etc. A isso se soma o modelo de negócios que já falamos; o resultado é que o confronto entre propostas e ideologias passa a ser agenciado para produzir reação contínua, engajamento, para escalar em *view* e *like*, ou seja, o fla X flu está armado!

Mas, como você já deve ter percebido, eu penso ser um erro explicar o Brasil pelos algoritmos e cia. As 'redes' não inventam nossas desigualdades, conflitos e experiências de frustração e desamparo. Elas podem amplificar e reorganizar esses elementos, selecionar quais ganham visibilidade e, sobretudo, oferecer caminhos para que o sofrimento encontre um destino simbólico (e daí político). Isso não é pouco. Mas, a questão é compreender como uma experiência real de brutal cansaço, descontentamento e frustação pode ser conduzida à hostilidade contra grupos politicamente minoritários, em vez de se converter em reivindicação de direitos para todos, de mudanças estruturais e na construção de novos horizontes compartilhados.

Eu não defenderia uma política sem afeto. O medo e a esperança são profundamente políticos. A luta de classes também está presente no circuito dos afetos, Safatle tem dito isso insistentemente. Uns fazem do medo uma mercadoria e da hostilidade intrapessoal uma rotina. Outros podem transformar desamparo em organização coletiva e luta. Acontece que esses últimos precisam de espaços de encontro, da construção de vínculos sólidos, e o neoliberalismo vem arrasando com isso há tempos. Quem tem tempo e espaço nas grandes metrópoles para construir novas amizades?

> **O MEDO E A ESPERANÇA SÃO PROFUNDAMENTE POLÍTICOS. A LUTA DE CLASSES TAMBÉM ESTÁ PRESENTE NO CIRCUITO DOS AFETOS. [...] UNS FAZEM DO MEDO UMA MERCADORIA E DA HOSTILIDADE INTRAPESSOAL UMA ROTINA. OUTROS PODEM TRANSFORMAR DESAMPARO EM ORGANIZAÇÃO COLETIVA E LUTA**

Talvez eu soe fora de moda, mas o 'engajamento' realmente urgente é aquele voltado à reconstrução de laços sociais nas greves, nas mobilizações de rua, nos motins, nas ações contra a carestia e nas rodas de escuta e acolhimento. Precisamos de novos processos de subjetivação no offline. Processos em que a solidariedade seja o nosso coração, a crítica radical seja a nossa mestra e a luta de classes seja as nossas mãos. Só assim reconstruiremos um projeto ético-político à altura dos desafios atuais.

Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS): Você acredita que a influência das grandes empresas de tecnologia sobre processos políticos tem sido devidamente compreendida pelos setores progressistas no Brasil?

Leandro Modolo: Sinceramente acho que estamos supervalorizando a importância das novas mídias nos processos políticos contemporâneos. É preciso disputar as "redes"? Sim. É preciso regulá-las? Sim. Os magnatas da *Big Techs* têm interferido politicamente nas eleições? Sim, há evidências claras sobre tudo isso.

Mas, veja, eu lembraria que nos anos 80 e 90 também havia todo tipo de manipulação da chamada "opinião pública". À época, aquilo que era esquerda, sobretudo a socialista, não tinha voz nem na TV, nem nas rádios ou grandes jornais e revistas. E, mesmo assim, partidos como PT, centrais sindicais como a CUT, movimentos sociais como MST e outros, se tornaram forças políticas e culturais impressionantes. Os magnatas das mídias tradicionais também interferiam nas eleições e no debate público de modo vergonhoso. E, mesmo assim, realizamos vitórias importantes: destaco que a Erundina foi eleita em 1988 mesmo com toda a manipulação da mídia paulistana, e Lula foi eleito em 2002 sem um canal de TV para chamar de seu.

Então, eu diria que precisamos compreender tais empresas para além da manipulação sobre conteúdos nas "redes". Há outras camadas extremamente importantes que me parecem secundarizadas no debate comum.

As *Big Techs* não são só grandes empresas de tecnologias, elas são o ponto mais alto a que a burguesia mundial chegou. Nunca vimos tanta acumulação e concentração de riqueza e, consequentemente, de poder econômico. Tudo nas mãos do 1% de homens brancos. E tudo isso em um momento de profunda crise econômica, política, institucional, ecológica ... Ao lado da chegada de uma "revolução tecnológica" capaz de substituir atividades cognitivas que até então eram só realizadas pelo *Homo Sapiens*. É tempo de freios de emergência, para emprestar a expressão de Walter Benjamin.

Quando um conjunto de empresas privadas controla os meios pelos quais nos comunicamos, armazenamos informações estratégicas, produzimos arte e ciência, realizamos segurança pública, ofertamos assistência de saúde etc. seu poder não se resume a favorecer um 'conteúdo' ou outro. Elas participam diretamente das condições em que as instituições e os cidadãos conseguem agir em sociedade, elas fazem a vez do Estado.

Então, é preciso se perguntar: até onde vai e poderá ir o poder dessa fração da burguesia mundial sobre o SUS, sobre o sistema público de educação, da segurança pública, da arte, do lazer dos brasileiros? Não podemos criticar os algoritmos das *Big Techs* e, simultaneamente, continuar promovendo políticas que ampliam a dependência – cognitiva, técnica e econômica – em relação a elas. Não basta cobrar responsabilidade dessas corporações, dizer isso ou aquilo, enquanto lhes entregamos as infraestruturas que organizam as sociedades; enquanto submetemos mais uma vez o nosso desenvolvimento e o futuro do nosso povo a elas – e aos mandos do imperialismo.

> **ATÉ ONDE VAI E PODERÁ IR O PODER DESSA FRAÇÃO DA BURGUESIA MUNDIAL SOBRE O SUS, SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO, DA SEGURANÇA PÚBLICA, DA ARTE, DO LAZER DOS BRASILEIROS? NÃO PODEMOS CRITICAR OS ALGORITMOS DAS *BIG TECHS* E, SIMULTANEAMENTE, CONTINUAR PROMOVENDO POLÍTICAS QUE AMPLIAM A DEPENDÊNCIA – COGNITIVA, TÉCNICA E ECONÔMICA – EM RELAÇÃO A ELAS**

O desafio, portanto, é combinar medidas imediatas de regulação, tributação e proteção de direitos, com a construção real de alternativas que as enfrente. Se hoje a conjuntura está desfavorável, devemos fazer algo hoje para que amanhã ela não esteja mais. A batalha tem que ser pela possibilidade de decidirmos como serão construídos e governados os ambientes digitais dos quais nossas vidas passaram a depender. Decidirmos como serão construídos e governados os data centers que dão suporte material às 'redes'. Decidirmos como serão construídas e governadas as plataformas que hoje "empregam" milhares de trabalhadores e agenciam as pequenas empresas.

Tudo isso exige de nós coragem e ousadia para abrirmos conflitos com frações das classes dominantes que histórica e estruturalmente nunca tiveram compromisso com o bem-estar das populações subalternizadas, pelo contrário, concebem o 'povão' como corpos matáveis.

A minha geração e as mais jovens querem saber: quem está disposto a enfrentar tudo isso de verdade? Há décadas temos optado pela conciliação com as classes dominantes. Damos um tanto com uma mão e tiramos 5x com a outra. Eu pergunto: faremos o mesmo com as *Big Techs*? Uma coisa é certa: o relógio do planeta Terra está correndo acelerado!

CONFIRA OUTRAS ENTREVISTAS DO OAPS

Itamar Lages

Flávia Biroli

Reynaldo Aragon

Solange Caetano

Emanuelle Góes

Tarcízio Silva

Jorge Felix

Diosmar Filho

Valéria Salgado

Sandro Schreiber

Frederico Haddad

Jairnilson Paim

EXPEDIENTE

Coordenadora Geral:
Isabela Cardoso Pinto
Monique Azevedo Esperidião

Coordenação Executiva OAPS:
Yara Oyram Ramos Lima

Editor OAPS:
Jairnilson Silva Paim

Comunicação:
Inês Costal e Patrícia Conceição

Tecnologia da Informação:
Anannda Sampaio
e Gilson Rabelo